



## XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

### A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

## INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE: A EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE APOIO AOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS (PAENE)

**Alessandra Nery Obelar da Silva**

Universidade Federal do Rio Grande-FURG  
[ale.obelar@hotmail.com](mailto:ale.obelar@hotmail.com)

**Bruna Telmo Alvarenga**

Universidade Federal do Rio Grande-FURG  
[brunabtelmo@bol.com.br](mailto:brunabtelmo@bol.com.br)

**Gionara Tauchen**

Universidade Federal do Rio Grande-FURG  
[gionatauchen@gmail.com](mailto:gionatauchen@gmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho tem por finalidade analisar as contribuições das ações vinculadas ao Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais (PAENE), da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. O estudo caracteriza-se como qualitativo e documental, de abordagem avaliativa de enfoque interpretativo, realizado por meio de entrevista semiestruturada com 8 estudantes com deficiência de diferentes cursos da universidade. As ações do Programa incluem desde o atendimento individual, plantões sociais, reuniões com os bolsistas de acompanhamento e com os alunos com deficiência. Emergiram da análise das entrevistas as categorias acessibilidade, formação profissional e capacitação docente. Os alunos dizem que o programa é efetivo na universidade, mas ainda precisa ser melhorado. Destacam a importância dos bolsistas e apontam esses como sendo os principais autores da inclusão na universidade. Concluímos que por se tratar de uma demanda nova na Educação Superior, a inclusão vem sendo realizada de maneira lenta e construída com os deficientes que fazem “valer” seus direitos dentro da universidade.

**Palavras- chave:** Inclusão das pessoas com deficiência. Educação Superior. Políticas Públicas.

### INTRODUÇÃO

A universidade, nas últimas décadas, vem sendo convocada a se transformar devido às muitas exigências advindas da sociedade, que está em constante desenvolvimento. As questões relacionadas ao Estado, suas políticas e a dependência financeira geraram pontos que dificultaram que a Universidade fosse transformada em larga escala, criando assim uma crise institucional. Diante dessas transformações a inclusão das pessoas com deficiência está sendo um dos pontos que geram novas discussões e faz com que a universidade se expanda para atender as novas demandas.

Sendo assim, o presente estudo tem como tema a inclusão das pessoas com deficiência na Educação Superior, mais especificamente, na Universidade Federal do Rio Grande -

FURG, por meio do Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais (PAENE), decorrente do Programa de Ação Inclusiva (PROAI) implantado pela Universidade em 2010. Objetivo é investigar a efetividade do Programa no que tange ao acesso, à participação e à permanência dos alunos com deficiência. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de abordagem avaliativa de enfoque interpretativo, pois é orientada para a avaliação dos programas institucionais de inclusão das pessoas com deficiência na Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Além do estudo documental, foram realizadas entrevistas com oito pessoas com deficiência que são atendidas pelo PAENE. Suas percepções, sobre o Programa, são destacadas na análise dos dados da pesquisa. A abordagem avaliativa, de tradição espanhola, destina-se a avaliação de programas institucionais, à melhoria ou intervenção nas condições das pessoas envolvidas, à tomada de decisão ou à avaliação da eficácia de um processo ou programa em sua totalidade. Em nossa pesquisa, adotamos a abordagem avaliativa de enfoque interpretativo, pois esta se destina à avaliação de contextos, fundamentada em métodos qualitativos, buscando promover a compreensão dos programas e dos sujeitos envolvidos, contribuindo com a qualificação dos mesmos (ESTEBAN, 2010). A inclusão de pessoas com deficiência vem sendo muito discutida no âmbito nacional por pesquisadores, estudiosos, gestores, coordenadores e professores, incluindo os contextos da Educação Superior, pois embora se evidencie uma indução das políticas de inclusão, principalmente depois da Declaração de Salamanca (1994), ainda são muitos os desafios a serem enfrentados: a formação de professores, a acessibilidade, a permanência, entre outros.

#### **A inclusão na universidade e seus desafios**

A universidade vem delimitando seus objetivos que vão desde a formação integral do homem, a investigação, a produção e a disseminação da cultura, entre outros. Tais objetivos foram abalados na década de 60 com as pressões para que a instituição fosse transformada. Contudo, manteve uma continuidade, elencando como suas três funções principais, a investigação, o ensino e a prestação de serviços.

Assim, com a diversidade de funções, foram aparecendo, ao longo dos anos, outras atribuições, fazendo com que a universidade começasse a modificar sua estrutura para atender às novas exigências da sociedade em geral, pois os movimentos sociais foram se fortalecendo e grupos como as mulheres e as pessoas com deficiência passaram a lutar pelos seus direitos de cidadãos.

Com essas mudanças, ocorreu o aumento significativo de instituições de Educação Superior, a expansão das universidades, do ensino e da investigação, como também o número de estudantes e de docentes. Cabe salientar que não se pode dizer que a qualidade tenha se mantido elevada através desse crescimento, pois a multiplicidade de funções da universidade nem sempre é compatibilizada, gerando um desequilíbrio institucional.

As questões relacionadas à função da investigação, que vem sendo citada, tem travado uma “batalha” com a função do ensino, uma vez que a criação do conhecimento implica a mobilização de recursos financeiros, humanos e institucionais dificilmente transferíveis para as tarefas de transmissão e utilização do conhecimento (SANTOS, 1996). Na investigação esbarra-se nos interesses científicos de seus investigadores, e no ensino entram as questões relacionadas a educação geral e cultural, que se “chocam” no interior da instituição com a formação profissional ou a educação especializada, que gera tensões entre a graduação e a pós-graduação.

Os estudos de Santos (1996) apontam algumas tensões que evidenciam as crises da universidade: crise de hegemonia, crise de legitimidade e crise institucional. A primeira apresenta-se quando a universidade torna-se incapaz de desenvolver algumas de suas funções contraditórias e, com isso, leva os grupos sociais que são atingidos por esse déficit a procurarem meios alternativos de atingir seus objetivos, ou seja, a crise de hegemonia

configura-se com a contradição entre os conhecimentos gerais e os conhecimentos funcionais. A universidade deixa de ser a única e a exclusiva opção de formação continuada ou profissional, devido a sua expansão tendo como outros meios de formação as escolas técnicas, os centros universitários, as faculdades, não sendo a universidade a única fonte do saber e de profissionalização. Conforme Brandão (2008, p.240),

[...] essa visão redentora da Universidade persiste também na sociedade brasileira, a iludi-la na crença de ser a Universidade o único local da produção de um saber valorizado, em detrimento, por exemplo, do ensino médio e profissionalizante.

Na década de 60, as tensões entre a “alta-cultura (cultura-sujeito)” e a “cultura-popular (cultura-objeto)” (SANTOS, 1996) interpelaram-se e repeliram-se ao mesmo tempo e, com isso, “[...] a universidade deixa de ser o produtor central de cultura-sujeito e nessa medida perde centralidade” (SANTOS, 1996, p.193). Desse movimento originou-se a segunda crise, a de legitimidade, que diz respeito à contradição entre a hierarquização e a democratização do ensino. Essa crise instaurou-se quando a cultura-sujeito deixou de ser totalmente dominante, dada a diversificação das condições de acesso à universidade. Ou seja, a “cultura-sujeito”, enquanto legítima, deixou de ser aceita, pois a sociedade iniciou um processo de reivindicação, a educação apontando para a falência dos objetivos assumidos no “período democrático”. Isso quer dizer, que a universidade precisava desenvolver uma elite cultural e, ao mesmo tempo, incluir grupos sociais menos favorecidos e, também, as pessoas com deficiência.

São muitos os modos de inclusão dentro do cenário universitário, mas o que fica claro é que a universidade passa por uma crise de legitimidade e de hegemonia, e ela precisa realizar a inclusão cultural e científica, ou seja, fazer uma “extensão invertida” (BRANDÃO, 2008, p.241), levando em consideração não somente os conhecimentos produzidos dentro da universidade para a sociedade externa, mas trazer os conhecimentos que são produzidos fora dos “muros” da universidade para dentro dela. É preciso permear os vários espaços e cursos com os saberes externos, abrigar as novas culturas através de outros meios e canais que possam ser interpelados pela sociedade auxiliando na inclusão social e cultural pretendida. Nesse sentido, cabe inventar outras formas de acesso e de aprendizagem para uma sociedade que se mostra cada vez mais heterogênea e competitiva. Conforme Silva (2006, p.202),

[...]sabemos que as escolas e as universidades públicas são bens culturais, são direitos sociais e foram criadas para elevar a formação dos seres humanos pela cultura, pela arte, pela ética, pela criação, invenção, formação, socialização, e construção do conhecimento científico e tecnológico genuíno. As escolas públicas, desde o início da colonização, eram frequentadas por poucos. Sabemos, também, que o reconhecimento e o significado político, social e científico da universidade pública brasileira foram construídos como uma tarefa árdua. Escolas e universidades públicas são patrimônios e bens culturais conquistados pelos trabalhadores numa luta difícil e constante, assim, pertence aos brasileiros.

A universidade contemporânea, ainda está sendo tocada por essa crise de legitimidade que se expressa, com mais força, à medida que a universidade é cobrada socialmente para receber novas demandas formativas. Notamos, contudo, que a universidade iniciou tardiamente a organização das condições institucionais para acolher a diversidade social, cultural e econômica que se configura como uma demanda crescente e presente nas instituições públicas federais. Segundo dados do Ministério da Educação:

A quantidade de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior aumentou 933,6% entre 2000 e 2010. Estudantes com deficiência passaram de 2.173 no começo do período para 20.287 em 2010, sendo que 6.884 desses alunos são da rede pública e 13.403 da particular. O número de instituições de educação superior que atendem alunos com deficiência mais que duplicou no período, ao passar de 1.180 no fim do século passado para 2.378 em 2010.

Destas, 1.948 contam com estrutura de acessibilidade para os estudantes (BRASIL, MEC, 2013).

Apesar das muitas ofertas de acesso advindas de políticas públicas e programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI-2005), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI-2007) e da Política de Cotas (2002), que preveem ações para a inclusão, ainda temos muitas pessoas “fora” da universidade ou do acesso a ela, já que esta ainda tem dificuldades, por suas falhas estruturais e institucionais, em manter a permanência de certos grupos sociais. São tensas e latentes as questões que envolvem o atendimento da heterogeneidade e a dicotomia entre a alta-cultura e a cultura-popular; educação e trabalho, teoria e prática.

A terceira crise, apontada por Santos (1996), dá-se na contradição entre a autonomia institucional e a produtividade social, ou seja, é quando a universidade não consegue dar conta das questões organizativas, sendo impostos modelos organizativos vigentes em outras instituições que são dadas como mais eficientes. Na verdade, a universidade apresenta restrições orçamentárias e é induzida a procurar outras formas de financiamento para manter sua autonomia e sua responsabilidade social.

A universidade passou a ser vista como uma empresa, pois organiza-se em função das avaliações externas. Para Santos (1996, p. 215), “a universidade é uma sociedade compulsivamente virada para a avaliação, da avaliação do trabalho escolar dos estudantes à avaliação dos docentes e investigadores para efeitos de promoção na carreira”. Para avaliar seu desempenho, apesar das avaliações internas, as avaliações externas expressam a utilidade social da universidade “num conjunto mais amplo de utilidades sociais, quer porque envolve, mesmo que implicitamente, uma comparação entre modelos institucionais e seus desempenhos” (SANTOS, 1996 ,p.215). Monitoradas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário, as políticas educacionais que envolvem a universidade sofrem pressões externas para que a educação pública se torne algo na linha do campo das atividades comerciáveis. Silva (2006, p.191) diz que

as pressões externas são parte deste reordenamento geopolítico e financeiro e objetivam implantar a lógica do funcionamento gerencial empresarial nas instituições de ensino superior. Ou seja, os empresários e credores internacionais buscam novos mercados para venda de produtos e serviços e insistem na Organização Mundial do Comércio para que os governos facilitem a exploração comercial do ensino. E, para tanto, as reformas do Estado e da educação superior têm a finalidade de implantar, nas instituições do País, o modelo de gestão gerencial, diversificar as formas de avaliação, referenciados nos resultados quantitativos.

Neste contexto, recaem sobre a universidade diversas responsabilidades tais como a produção e transmissão do conhecimento científico, a produção de trabalhadores qualificados, a elevação do nível cultural da sociedade, a participação na resolução dos problemas sociais, etc. Além disso, ter um diploma universitário tem um peso social e, por isso, a importância de diferentes grupos sociais estarem incluídos nesse espaço.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/96, Art. 43, a Educação Superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A avaliação da universidade está vinculada a essas finalidades, emergindo questões sobre a qualidade, a democratização e a inclusão. Para Brandão (2008, p. 244), “além do investimento maciço nas escolas públicas responsáveis pelo ensino fundamental e médio, isso demanda bolsas, aumento do número de vagas e do número de cursos noturnos nas instituições públicas superiores”, evidenciando que a inclusão educacional também é uma das dimensões que envolve a problemática da inclusão social.

No Brasil, “as universidades públicas estão em um número menor que as particulares, as matrículas na graduação nas universidades públicas é de 25%, com um ensino de qualidade. Já nas privadas é de 75%, mas a qualidade é inferior”. (Carvalho, 2008, p. 227).

As instituições privadas cobram mensalidades e dependem das mesmas para manterem-se. Por isso, “a ampliação, a todo custo, do número de alunos que geram a inclusão mas, muitas vezes, com baixa qualidade, oferecendo assim, um ensino precário e a ausência da pesquisa, sem falar dos professores que são mal pagos e com pouca titulação, salvo algumas exceções” (CARVALHO, 2008, p. 228). E o que recai sobre a universidade pública, é como essa poderá ampliar o acesso sem comprometer a qualidade do ensino. Segundo Carvalho (2008, p.228):

[...] mesmo do ponto de vista social, comprometer a qualidade do ensino universitário público, uma vez que não haveria como fornecê-lo por outro modo. O país não pode ficar sem cientistas, sem ciência, sem mão-de-obra de alta qualificação. De outro lado, há urgência política em tomar medidas que impliquem em maior acesso ao ensino público para pessoas tradicionalmente excluídas.

Para se tornar uma universidade voltada mais para a inclusão do que para a exclusão, essa precisa estar com o seu “olhar” direcionado para uma “universidade humanista”, não tendo somente em seu processo de ensino a visão instrumental e o ensino voltado para o mercado de trabalho. Preocupa-nos problematizar e compreender que valores estão sendo incluídos e excluídos da universidade.

A universidade traz em seu cerne muitas questões que desafiavam e desafiam o seu funcionamento, tais como contratação de novos docentes através de concurso público, incentivo ao ensino e à pesquisa, participação de toda a comunidade acadêmica na discussões de soluções de problemas. Então, pensar como as pessoas com deficiência enquadram-se nesse espaço, tendo como movimento toda uma série de questão que ainda não foram resolvidas, faz-nos crer que a inclusão dos alunos com deficiência é mais um desafio a ser resolvido e vivido dentro do campus. Assim, como historicamente os deficientes foram, por algum tempo segregados e excluídos, a universidade vem tentando saber-se, definir-se como universidade, primando pela autonomia e legitimidade, exercendo sua função social. Para Santos (2010, p.59), “a universidade só pode ser reformada pelos universitários e esta nunca se autorreformulará”, pois para que diferentes grupos sociais possam estar na universidade, é preciso rever novas formas de acesso, anulando formas seletivas de caráter elitista e promovendo alternativas de inclusão social para a participação e a permanência desses grupos na educação superior.

## Resultados e discussões

Ao realizar a categorização das entrevistas, os temas que emergiram foram a acessibilidade, a formação profissional e a capacitação dos docentes para atuarem nos processos de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência. Dentre as questões mais destacadas nas entrevistas, sobressaíram aquelas relacionadas à acessibilidade dos alunos com deficiência, no espaço da universidade, pois vincula-se ao direito de ir e vir que, por vezes, fica impossibilitado em virtude das barreiras físicas e, também, de comunicação, tais como materiais didáticos e aulas adaptadas.

A acessibilidade é um direito constitucional e, portanto, deve ser de todos e para todos. Mas, muitos entendem como algo voltado somente para o espaço físico e arquitetônico; outros, para a comunicação, para a locomoção, para materiais pedagógicos. Diante dessa abrangência, citamos a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que a define como:

acessibilidade como a possibilidade e a condição de alcance para a utilização com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes, dos sistemas e dos meios de comunicação pela pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (I do Art. 2)

E a ABNT NBR 9050 (ABNT, 2004) que define acessibilidade como a: “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, mobiliário, equipamento urbano e elementos (p.10)”.

Já o Decreto lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098/00, no capítulo das condições de acessibilidade, diz que:

se considera como acessibilidade como sendo a condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, aos espaços, aos mobiliários e equipamentos urbanos, às edificações, aos serviços de transportes, aos sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.(BRASIL, 2004)

Diante das definições, cabe pensar que a acessibilidade está sendo definida de forma ampla e não se restringe às questões arquitetônicas. A acessibilidade precisa ser vista como algo essencial para o desenvolvimento das pessoas com deficiência nos diversos espaços universitários, pois deslocar-se, com autonomia, entre os vários espaços, expressa uma forma de inclusão e de participação com igualdade. Sendo assim, ainda a Lei 10.098/00, no Art. 24, define que

os estabelecimentos de ensino de qualquer nível de ensino, etapa ou modalidade, públicos ou privados proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2004)

Além desse respaldo legal, o programa do Ministério da Educação(MEC), que tem por finalidade promover o desenvolvimento de políticas institucionais e de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior(IFES), é o Programa Incluir, criado em 2005, onde se pretende criar e consolidar os Núcleos de Acessibilidade na educação superior, visando, assim, eliminar barreiras físicas, pedagógicas, de comunicações e informações, nos ambientes, nas instalações, nos equipamentos e nos materiais didáticos.

Um dos planos que implementa a instalação de Núcleos de Acessibilidade nas IFES é o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência-Viver Sem Limites(2011). O Plano prevê a articulação de políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e à acessibilidade. Nesses quatro “eixos”, são contempladas diversas ações.

No eixo do acesso à educação, inclui-se a implantação de salas multifuncionais para promover a acessibilidade nas escolas, a formação dos professores para o atendimento educacional especializado e também a aquisição de ônibus acessíveis. Outra ação são os cursos profissionalizantes, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e

Emprego (Pronatec), onde as pessoas com deficiência têm prioridade nas matrículas para esses cursos. Já nas IFES é a instalação de Núcleos de Acessibilidade, oferta de cursos de Letras/Libras (Língua Brasileira de Sinais) e de formação em Pedagogia na perspectiva bilíngue(Libras/Português).

Em relação à inclusão social, esta prevê investimento em Centro –Dia de Referência e em Residências Inclusivas para as pessoas com deficiência em situação de dependência. Nesse eixo, estão incluídas as ações realizadas pelas Políticas Públicas de Assistência Social, por meio do Sistema Único de Assistência Social(SUAS). Outra ação é a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho através do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) tendo a intenção de fortalecer a autonomia e a participação social das mesmas.

Já no eixo da acessibilidade, o Plano contempla ações relacionadas com a construção de casas adaptadas através do programa do governo Minha Casa, Minha Vida, Centros Tecnológicos para formar treinadores e instrutores de cães-guias, instituição do Programa Nacional de Inovação em Tecnologias Assistivas e a linha de crédito para a aquisição de tecnologias assistivas.

E, para finalizar, na área da saúde foi criada, em 2012, a Rede de Cuidado a Pessoa com Deficiência, onde as ações são a implantação, a qualificação e o monitoramento das ações de reabilitações nos Estados e Municípios, nas quais deverão promover e garantir ações de saúde, identificação precoce de deficiências, prevenção dos agravos, tratamento e reabilitação.

O Plano Viver Sem Limites (2011) vem reforçar a eliminação das barreiras físicas, de comunicação e de informação, desenvolvendo a participação dos alunos com deficiência em todos os espaços dos campus universitários, contribuindo, assim, com a construção da cidadania e o direito de ir e vir. O Plano prevê também o apoio, a expansão e o fortalecimento de 63 Núcleos de Acessibilidade nas IFES até o ano de 2014. Os Núcleos de Acessibilidade têm como finalidade garantir e aprimorar o acesso dos estudantes com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos nas IFES, buscando seu pleno desenvolvimento acadêmico.

A FURG possui o Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas (NEAI), criado em 2004, com o objetivo de atender de forma pertinente docentes, discentes e funcionários da Universidade, bem como a comunidade em geral, no que tange à inclusão social e digital das Pessoas com Necessidades Educativas Especiais. O Núcleo ainda promove serviços e capacitação profissional para professores da Educação Básica da rede municipal e estadual, educação continuada, atividades recreativas, cursos, eventos, além de desenvolvimento cultural e artístico, através de oficinas terapêuticas. A universidade, beneficiada pelo programa Incluir e pelo PROEXT do MEC/SEESP/SESu, implantou o laboratório/sala com recursos multifuncionais, com computadores, impressoras Braile e laser e diversos artefatos de softwares, entre outras Tecnologias Assistivas(TA's). O NEAI ainda conta com importantes parcerias multidisciplinares, como o centro de Ciências Computacionais (C3/FURG).

O NEAI, não é entendido ainda como um Núcleo de Acessibilidade, previsto no Plano Viver sem Limites. É um programa de extensão, coordenado por uma professora que desenvolve vários projetos dentre as quais, o Incluir. A universidade ainda não tem um núcleo que trate somente das questões relacionadas ao aluno com deficiência, sendo que as atividades desenvolvidas na universidade dão-se através : do Programa de Ações Inclusivas (PROAI) desenvolvido pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que cuida da política de cotas para ingresso na universidade de indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência; e, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), que tem o PAENE, que atende especificamente os acadêmicos com deficiência.

Nesta perspectiva, os alunos que estão vinculados aos cursos da FURG expressam o desejo de ter o acesso a todos os locais da universidade. Alguns chegam a citar que as questões arquitetônicas são priorizadas em alguns momentos, mas que essas não garantem a acessibilidade no sentido mais amplo. Podemos entender essas questões nas falas dos alunos A4 e A5:

No campus, de um modo geral, acho que seria, principalmente, a parte de acessibilidade mesmo, nem só para deficientes físicos, mas auditivos, visuais. Eu acho que está bem carente ainda essa parte. (A4)

Não adianta acessibilizar, colocar uma rampa ali para o cadeirante. Assim não! É preciso conversar com o cadeirante se é necessário, onde é necessário... (A5)

A acessibilidade, para alguns estudantes, é fazer a inclusão com a participação e perspectiva do deficiente. Conforme Guerreiro (2012, p.219), “temos, então, um direito social (a educação) que demanda outros direitos para que possa ser efetivado. Neste caso, tem-se a acessibilidade física, que é um direito constitucional, como uma necessidade para que se possa usufruir de um direito social”.

Outro estudante reforça também essa questão de perceber o deficiente como fazendo parte de um grupo.

Eu acho que é questão de grupo, de acessibilizar realmente. É não olhar para o deficiente como uma pessoa diferente. Eu sou uma pessoa igual a todo mundo da turma. Eu sou uma pessoa que, se quiser faltar aula, eu vou faltar; se quiser fugir da aula, eu vou fugir e vou sofrer as mesmas consequências que as outras pessoas que não têm deficiência. Então é olhar para o deficiente como um outro aluno que, claro, não deve ser ignorado, assim como o aluno que não tem deficiência, mas que não deve ser apontado. (A5)

Para os alunos com deficiência, as questões de comunicação mostraram-se presentes, pois algumas pessoas pensam na deficiência como um distúrbio global, mesmo entendendo, por exemplo, que os deficientes visuais têm condições de compreender, de ler, etc. Portanto, podem ouvir e entender o que o professor fala, não precisando que esse se dirija ao monitor somente. A comunicação se faz de muitas formas. As novas tecnologias também já fazem parte do universo desses alunos e os auxiliam nas suas tarefas diárias. Entendemos que esta é, também, uma forma de acessibilizar a informação e o conhecimento. Assim, Guerreiro (2012, p.219) corrobora dizendo que,

a acessibilidade pode se referir à conectividade, meios econômicos, infraestrutura, meios cognitivos e educação, disponibilidade de informação, usabilidade etc. Com o advento da sociedade da informação, ela deixa de ser focada no espaço físico e passa a incorporar o ciberespaço.

Os estudantes, ao serem questionados sobre o significado da realização de um curso superior para as suas vidas, demonstraram que estão realizando um curso universitário com vistas a ter uma profissão e possibilidades de ingresso no mercado de trabalho:

É muito importante, dá uma profissão, uma independência maior, é fundamental. (A1)

A chance de melhorar de vida, ter mais oportunidades para o mercado de trabalho e sem falar da alegria de poder realizar um sonho. (A2)

Sabe-se que a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho vem sendo muito discutida em encontros com entidades, Ministério do Trabalho, entre outros, pois as empresas, por lei, têm que contratar uma porcentagem de funcionários com deficiência e o não cumprimento disso, acarreta multa para a empresa.

No Brasil, temos a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, Lei de Contratação de Deficientes nas Empresas. Ela dispõe de cotas para pessoas com deficiência sobre os planos de benefícios da previdência e dá outras providências para a contratação dessas pessoas. No Art. 93, expressa que a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas com

deficiência, na seguinte proporção: até 200 funcionários, 2%; de 201 a 500 funcionários, 3%; de 501 a 1000 funcionários, 4%; de 1001 em diante funcionários, 5%.

A Lei proporciona um respaldo para as pessoas com deficiência e promove a indução para a contratação delas nos diversos campos de trabalho, mas não garante, ainda, a contratação por parte de empresas que alegam a falta de qualificação de alguns deficientes para ocuparem diferentes funções. Em muitos casos, o que se percebe é um descaso social com as possibilidades das pessoas com deficiência as quais, apesar de suas limitações, podem desenvolver e realizar nas empresas ou nos espaços em que desejam exercer sua profissão. A fala de um dos alunos, exemplifica bem a questão:

Acredito que um curso superior é uma oportunidade para qualquer indivíduo desenvolver ideais que vão além dos limites da própria graduação. (A3)

O que fica evidente é que a realização profissional tem relação com as questões de cidadania, de bem viver e de valorização diante da sociedade. O convívio com outras pessoas, em outros espaços, também são importantes na vida das pessoas com deficiência. Respeitar suas especificidades e capacidades também se faz necessário para a realização profissional. É o que expressa a aluna A4, em sua fala:

Eu acho que é a realização profissional que todo mundo espera quando entra em um curso superior e depois de formado seguir carreira. (A4)

Segundo Tanaka e Manzini (2005) o grande embate em relação à inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é a falta de recursos e de preparo das próprias empresas, pois não apresentam condições necessárias para abranger as necessidades dessas pessoas. Outro fato é a falta de cursos profissionalizantes que habilitem as pessoas com deficiência para o mercado de trabalho, tendo elas, por vezes, que ocuparem cargos ou atividades que exigem pouca qualificação. Por outro lado, mesmo tendo um curso superior, às vezes, as pessoas com deficiência passam por discriminações e preconceitos que ainda advém da sociedade.

A integração social, através do trabalho, é uma forma de inclusão. É importante que as empresas tenham mais orientações sobre as diferentes deficiências, podendo, assim, perceber as inúmeras possibilidades de inserção social e profissional que as pessoas com deficiências possuem. Nesta perspectiva, o aluno A7 diz que o acesso à universidade significa a “realização de um objetivo, é a conquista de um emprego, de uma profissão.”(A7)

Outra questão sinalizada pelos alunos refere-se à capacitação dos docentes para saberem mais sobre as deficiências e para aprenderem a organizar o ensino, contemplando as demandas de aprendizagem das diversas pessoas com deficiência que estão hoje na universidade.

Por muito tempo, o professor foi considerado o responsável pelo sucesso ou fracasso dos “encaminhamentos” inclusivistas (Michels, 2011, p.222) dentro dos diferentes níveis educacionais. Saber como lidar com alunos com deficiência era algo de responsabilidade das escolas especiais e de profissionais habilitados para tal. Mas, com o processo de inclusão, todos os docentes foram “convidados” a participarem, mesmo sem a capacitação devida, para trabalharem com os alunos incluídos nas suas salas de aula.

Ao iniciar o processo de inclusão na universidade, esta também se mostrou aberta, mas despreparada para recebê-los. Foram necessários programas institucionais para tornar essa realidade possível. Contudo, os alunos ainda sentem que os docentes necessitam de um olhar mais “apurado” no que se refere às diversas deficiências e nos diversos cursos. Isso fica bem expresso na fala do estudante A8:

A universidade, junto com o PAENE, pode estimular professores e coordenadores de curso com reuniões periódicas para esclarecer as especificidades dos alunos com necessidades especiais.

Nesta perspectiva, o que pode ser pensado em relação à capacitação dos docentes para atender essa nova demanda é que se forme:

uma nova mentalidade, para uma nova sociedade, onde os trabalhadores sejam mais flexíveis e adaptáveis a situações de mercado, o professor é elemento importante e este deve ser reconvertido, ou seja, ter sua própria função adaptada as atuais condições e necessidades. (MICHELIS, 2011, p.224)

Portanto, o que se espera é que o professor tenha a sua formação inicial e continuada, ou seja, tenha conhecimentos fundamentais para exercer a docência e desenvolva conhecimentos didático-pedagógicos, de forma permanente, para lidar com as diversas especificidades dos alunos com deficiência. O que ficou evidente é que os alunos sentem-se incluídos na universidade e que os bolsistas têm uma grande influência nisso, mas que somente o contato com os bolsistas não é suficiente. A comunicação, diretamente, com os professores faz e traz uma diferença em todos os sentidos: faz com que se sintam fazendo parte do grupo, vinculando-se às questões de pertencimento, de identidade, de ser visto, de ser lembrado. Conforme o estudante A4,

O que eu percebo na parte de professores e coordenadores, talvez poderia ter alguns eventos a mais, umas palestras a mais na universidade, no campo universitário mesmo na questão de conscientização dos professores e coordenadores. Nem todos têm o pensamento de que, do que realmente uma pessoa com deficiência é capaz; aí às vezes olham com olhos diferentes, quando não é necessário, mas por falta de informação nessa área talvez.

Castanho e Freitas (2005, p.1) comentam que “a universidade é um lugar onde os valores e práticas de educação inclusiva precisam ser vivenciados”. O que os alunos querem é ter as mesmas oportunidades, mas também as mesmas exigências por parte dos professores e que esses entendam que o processo de ensino-aprendizagem seja visto como um processo de construção do conhecimento e não como mera transmissão de informações. Um processo que tenha como ponto de partida os conhecimentos que os alunos já possuem e entendam as possibilidades a partir das suas limitações. Entender e modificar a forma de organizar, desenvolver e avaliar as aulas é uma maneira de perceber a nova configuração em que a docência se encontra frente à diversidade, buscando, assim, outros meios de cumprir o programa do curso e da disciplina, almejando novas propostas de trabalho. Um dos alunos expressa que,

talvez para os docentes, uma capacitação básica sobre qual deficiência um determinado aluno tem para que em caso venha ocorrer alguma coisa, esses docentes já sabem do que se tratará e o que esperar. (A2)

Percebe-se que esse processo de mudança inicia-se nos cursos de formação docente, que devem revisar seus currículos incluindo o conhecimento sobre as deficiências e abordagens pedagógicas, pois a formação inicial dos professores para atuar com alunos com deficiência é fundamental para que o processo se efetive. Para Michels (2011, p. 228),

há de se ter a formação em serviço e a prévia disponibilidade em trabalhar com esses alunos (sensibilidade, abertura para a diversidade, experiência com crianças deficientes, entre outros) seriam os principais requisitos para o desenvolvimento de um bom trabalho.

Em um segundo momento, outro aspecto que deveria ser incluído para os docentes, que já se encontram formados e atuando na educação superior, é o processo de reprofissionalização. Para Silva (2012, p. 30),

o processo de reprofissionalização dos docentes na educação superior é uma das possibilidades para que eles ampliem suas compreensões de como os alunos com deficiência aprendem e que condições didáticas são necessárias à organização das aprendizagens, promovendo o ensino e a educação de todos e para todos.

A profissão docente universitária exige de seus profissionais, assim como em outros âmbitos, a capacidade de enfrentar desafios tais como a imprevisibilidade, a superação, a criatividade, a sensibilidade e a percepção que as experiências docentes são muitas e cada vez mais complexas, pois as pessoas com deficiência já estão na universidade, rompendo barreiras que ainda as impedem de cumprir sua cidadania.

A capacitação docente para a educação inclusiva neste nível de ensino promove de certa forma a revisão da organização da instituição, das avaliações, dos programas e dos profissionais que conduzem e estão inseridos nesse processo e, por ser processo, está em constante construção, estando a todo momento aberto ao diálogo, à aprendizagem, à participação e às modificações necessárias para se evitar a segregação e a discriminação.

A formação continuada é uma forma de capacitar os docentes, pois os mesmos na sua grande maioria em suas formações iniciais não tiveram contato com alunos com deficiência e para tanto desconhecem como lidar com as diversas deficiências em suas salas de aula. Caiado (2006, p. 33-34) nos diz que

as práticas pedagógicas dos professores revelam as concepções que o educador tem sobre o homem, sobre a sociedade, sobre a educação. As práticas pedagógicas com o aluno deficiente demonstram, também, as concepções do educador sobre o conceito de deficiência e educação especial, embora nem sempre o educador tenha consciência das concepções que fundamentam seu trabalho.

Entender e saber lidar com as deficiências através da formação continuada é uma estratégia eficiente, pois estar em formação atuando, auxilia no conhecimento sobre as diversas demandas que se apresentam, diminuindo assim custos em relação a se ter outros profissionais extras na universidade. Com certeza, o professor especializado dentro da instituição é uma forma de capacitar os outros docentes, acelerando, assim, o processo de inclusão dos alunos e o conhecimento sobre a educação especial em si.

O currículo de alguns cursos de graduação sequer anunciam, de forma optativa, alguma disciplina referente à inclusão ou as pessoas com deficiência, a não ser o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, no capítulo II, art. 3º sobre a inclusão de Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores e fonoaudiólogos diz que,

Art. 3º. A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

O que confirma que essa capacitação e formação continuada dar-se-ão no seu fazer diário, salvo em algumas instituições que incentivam seus docentes a realizarem cursos de capacitação para o atendimento de alunos com deficiência na Educação Superior, algo raro, mas possível. Então, o que se tem entendido é que a formação e a capacitação dos docentes se efetivará dentro das universidades, através de cursos sobre as deficiências, sejam esses presenciais ou a distância e também com a participação de uma equipe multidisciplinar que possa auxiliar o entendimento dos docentes sobre as diferentes especificidades de cada deficiência.

Certamente, terá que haver a influência de outros campos do saber como psicologia, psicopedagogia, fisioterapia, serviço social e medicina, dando o necessário suporte para os docentes; por isso a equipe multidisciplinar tem um papel fundamental nesse processo de inclusão, onde os docentes ainda não estão capacitados e os que estão são em pequeno número. Cabe, a cada instituição organizar-se para tal formação, entendendo que a inclusão

não pode ser vista com um ‘estar’ na universidade, mas como um participar e permanecer de forma íntegra e com equiparação de oportunidades.

Ao investigar a efetividade do PAENE, o que foi percebido através da fala dos alunos entrevistados, é que o mesmo vem sendo modificado ao longo dos anos para melhor, a inclusão na universidade tem se dado através do programa e esse com certeza tem feito a diferença na vida acadêmica dos alunos. É o que eles expressam:

Se não fosse o PAENE, não sei se eu estaria me formando agora. A bolsa PAENE me ajudou muito, não só a ter os materiais disponíveis, mas a ter um auxílio aqui na universidade, porque embora tenha os colegas, eles têm os afazeres deles. (A5)

Eu vejo que as atividades são eficientes e bem preocupadas com o melhor aproveitamento do aluno. (A2)

Os alunos apontam algumas questões que poderiam ser melhoradas, como: a capacitação dos professores, um maior entendimento de todos que estão na universidade sobre o que são as deficiências e sobre o que é a inclusão. Nesta perspectiva, os alunos entendem que eles seriam os autores principais desse processo, ou seja, que podem participar nas escolhas das melhorias que devem ser realizadas na universidade.

Outra pergunta realizada foi se os alunos se sentiam incluídos na cultura universitária. A grande maioria disse sentir-se incluído e que a inclusão das pessoas com deficiência vem evoluindo com o passar dos anos. É o que expressam os alunos A6 e A7:

Creio que o processo de inclusão vem se destacando a cada ano; a universidade está procurando melhorar no sentido de incluir mesmo os alunos. (A6)

Eu me sinto incluído; esse processo vem sendo bem desenvolvido; as pessoas envolvidas são preocupadas e envolvidas com os alunos, desde o momento em que entram na universidade. (A7)

A cultura universitária abre espaço para a cultura das pessoas com deficiência, pois os alunos com deficiência são vistos a partir das marcas de suas diferenças perante os alunos ditos “normais”. Incluir a diversidade na contemporaneidade tem sido um movimento problematizado por todos.

Apesar de um estranhamento inicial em algumas situações, alunos e professores, convivem de uma forma harmoniosa com os estudantes com deficiência, não tentando enquadrá-los como “normais”, mas entendendo e respeitando suas limitações e assim, aprendendo com os alunos e com seus monitores. É o que dizem os alunos A1 e A4:

Eu não tive problemas nenhum com colegas; com professores eu sempre fui bem atendida, bem incluída. (A1)

Sobre me sentir incluído na cultura universitária, eu acho que sim; talvez falte alguns outros pontos ainda, mas em questão de cultura eu acho que eu pessoalmente me sinto bem incluído até. (A4)

Durante todo o momento das entrevistas, o que ficou bem explícito é que os alunos estão realizando seus cursos e o apoio dado através do PAENE vem sendo eficiente para que permaneçam na Educação Superior. Ainda há muito o que se desenvolver, mas que isso se efetivará com eles dentro da universidade; as portas foram abertas e eles querem estar nesse espaço, mesmo sabendo das dificuldades iniciais, tanto de alunos, quanto de gestores, de professores e de monitores.

O crescimento das matrículas das pessoas com deficiência faz com que a universidade, a cada ano, melhore o atendimento para esses alunos, no sentido de olhar o que já foi feito e a partir daí traçar novas estratégias de inclusão.

Sendo assim, os alunos com deficiência apontam que programa consegue contemplar a inclusão em alguns aspectos, mas que há muito o que se realizar ainda, como a capacitação dos docentes, através de cursos, de reuniões periódicas, de discussões sobre as dificuldades, ou seja, pensar nas questões de gestão dentro da universidade, onde seja repensado o processo de reprofissionalização dos docentes, as questões de currículo, da própria avaliação, pois há uma nova cultura sendo inserida na universidade com o ingresso de diferentes grupos.

Para que esses possam estar, participar e permanecer na universidade, é preciso novas estratégias, incluindo verdadeiramente, na educação e que os alunos com deficiência possam trocar o que sabem com alunos, professores, funcionários, com toda a comunidade acadêmica, tornando a inclusão um processo que seja para a integração, para a socialização, para a cultura, para o respeito, para a tolerância e sobretudo para que não esteja incluindo para excluir.

### **Considerações Finais**

Ao finalizar este estudo, percebo que muitas foram às impressões deixadas pelos alunos com deficiência participantes da pesquisa sobre o Programa em discussão e sobre a inclusão na Educação Superior. As ações realizadas pelo PAENE, desde o ingresso dos alunos, até a permanência na universidade, foram sendo modificadas ao longo dos processos seletivos que, em um primeiro momento, davam-se pela COPERVE, através do antigo vestibular e hoje via ENEM. Na fala dos alunos, alguns que entraram por meio de vestibular percebem as mudanças e a organização para a melhoria no acesso a universidade pelo processo do ENEM. Com certeza, os primeiros a entrarem na universidade sentiram maiores dificuldades, pois ainda não havia monitores para auxiliar no decorrer do semestre e isso prejudicava sua participação nas aulas. Muitos pensavam em desistir, pois não conseguiam acompanhar os demais.

Hoje, antes mesmo de o aluno entrar na sala de aula, seu monitor já foi escolhido, via Edital. As questões de acesso à universidade vem sendo melhorado a cada ano, mas ainda é preciso acessibilizar, não somente em questões arquitetônicas, como também em questões de materiais pedagógicos, adaptação das aulas, equipamentos adaptados para a segurança e autonomia de todos os alunos com deficiência, oportunizando, assim, o direito de ir e vir dentro do campus universitário.

Os alunos percebem a efetividade do Programa, quando conseguem participar do curso escolhido, quando o professor se preocupa em saber se na sua sala há um aluno com deficiência, quando esse se preocupa em trazer o material adaptado ou, até mesmo, quando disponibiliza o material da aula do dia para o aluno. A participação dos monitores nas aulas promove maior entendimento sobre o conteúdo; muitos apontam os monitores como sendo essenciais para que o processo de inclusão na universidade aconteça. As reuniões realizadas, com os monitores, através do Programa, lhes dá suporte para o atendimento e a mediação de alguns processos, mais ainda carecem de formação especializada para acompanhar os alunos. Os alunos percebem que, por vezes, é o monitor que faz o processo de inclusão na sala de aula, fazendo com que os demais alunos percebam e acolham as pessoas com deficiência em trabalhos em grupos e apresentações.

Entendem que o processo de inclusão deve ser acompanhado de capacitação dos docentes e de todos que fazem parte da universidade, já que, para se sentir incluído, é preciso participar do que é ofertado na universidade e de todos os espaços que fazem parte desse cotidiano estudantil, para poder saber lidar, compreender, auxiliar, entender a inclusão, esse processo que por horas parece que inclui e exclui.

Por que inclui e exclui? Porque é diferenciado, porque é pensado para os deficientes e não com os deficientes. Muitas ainda são as dificuldades existentes, desde o processo seletivo, via ENEM, outro tema que gera polêmica e que precisa ser melhor investigado e organizado.

O Programa oferece condições para os alunos pensarem em um futuro profissional, pois após a formatura pretendem seguir a carreira escolhida. Também reconhecem as dificuldades e o despreparo do mercado de trabalho para que suas inserções aconteçam.

Através do “olhar” dos alunos com deficiência, faz-se necessário ampliar e qualificar o Programa já existente na universidade, através de ações mais integradoras entre alunos,

professores, funcionários e coordenação dos cursos, já que o Programa acontece na universidade e junto desta existem outros programas que fortalecem e, ao mesmo tempo, geram polêmica, mas que precisam ser discutidos para que a inclusão se efetive em todos os níveis. Implementar ações mais próximas, no sentido da adaptação de materiais, de livros acessíveis dentro da biblioteca, de programas tecnológicos que poderiam ser desenvolvidos e adaptados para e com os alunos com deficiência, não delegando a terceiros o processo de acessibilidade, que faz parte da vida dos alunos e, portanto, precisa ser construído com estes. Repensando a organização da universidade e sua cultura, conseguiremos entender que, quanto menos acessíveis forem os diferentes espaços, mais as deficiências se sobressairão e o que se quer é o olhar os alunos e enxergar suas capacidades diante das suas limitações.

Nos aspectos de inclusão, integração, acesso, participação e permanência, a universidade e o programa demonstram ter um compromisso social, quando escutam as dificuldades que os deficientes enfrentam na universidade e promovem ações para diminuir a exclusão na Educação Superior, entendendo que é preciso equiparar as condições de igualdade para todos e que é preciso também respeitar e conhecer os diferentes. Somente entendendo e participando da diversidade das dificuldades que os alunos com deficiência possuem, podemos juntos incluir e pensar em uma universidade e um ensino de todos e para todos.

Abrir espaços para outros grupos sociais, requer modificar paradigmas, reorganizar a gestão, o planejamento, o currículo, etc. Ter acesso nas instituições de Ensino Superior ainda não é sinônimo de aprendizado, pois muitos são os grupos diferenciados e a diversidade, por vezes, traz consigo o problema da adaptação, da integração e da equidade.

Certamente muitos foram os avanços em se tratando da inclusão das pessoas com deficiência na Educação Superior. Percebe-se que, das regulamentações e programas para a prática, muitas são as questões que permeiam a inclusão das pessoas com deficiência, o que ainda gera discussões lá em suas bases, ou seja, na Educação Básica. Na Educação Superior, não é diferente. As políticas implementadas também não dão conta e, a todo o momento, novos projetos e programas são instituídos com a intenção de melhorar. Antes eles eram segregados nas instituições especiais. Hoje eles estão na Educação Superior e os últimos números do Censo da Educação Superior nos alertam que eles chegarão cada vez mais e que nos convidarão a repensar nossas práticas, nossos modos de pensar e agir, pois não são somente os alunos com deficiência que almejam a universidade; outros grupos chegarão e nos convidarão a sermos eficientes em se tratando de educação, de ensino e de aprendizagem.

## Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.853**. Brasília: Empresa Nacional, 1989.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.213**, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 1991.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de novembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios específicos para a promoção de acessibilidade.

\_\_\_\_. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 98p.

\_\_\_\_. **Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Lança o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A inclusão social e a exclusão da ideia de universidade. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda; ARANHA, Antônia Vitória (orgs.). **Universidade pública e inclusão social: experiência e imaginação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. A universidade pública e a diversificação do corpo discente. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda; ARANHA, Antônia Vitória (orgs.). **Universidade pública e inclusão social: experiência e imaginação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Maria Abádia da. Gestão da Educação Superior Pública. In: SILVA, Maria Abádia da, SILVA, Ronaldo Barreto (orgs). **A ideia de Universidade: rumos e desafios**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

SILVA, Alessandra Nery Obelar da; Tauchen, Gionara. Políticas públicas, espaços e lugares: as questões de pertencimento de deficientes visuais na educação superior. **Revista Benjamin Constant**. Rio de Janeiro, v.18, nº 53, p.30-37, dez.2012.